

## **Bela solução**

**César Benjamin**

**Folha de S. Paulo, 24 de janeiro de 2009**

Visto em perspectiva histórica, desemprego crônico é uma anomalia. Nenhuma sociedade antiga condenou grupos significativos de seus integrantes a uma existência desprovida de função. No mundo contemporâneo, porém, parte da população não consegue encontrar um lugar social definido. Parece um problema insolúvel, que, com a crise, volta a crescer. Pelo menos três escolas, em economia, abordaram teoricamente a questão.

Para os neoclássicos, os fatores de produção (entre eles o trabalho) são usados até o ponto em que o seu custo iguala a sua produtividade marginal (ou seja, a produtividade da última unidade aproveitada). Se há desemprego, então o custo do trabalho está maior que a sua produtividade marginal. É preciso ajustar as duas variáveis. Como a produtividade é relativamente rígida no curto prazo, o ajuste se faz pela redução dos salários. Se pressões políticas ou sindicais impedirem esse movimento, o mercado de trabalho funcionará de forma imperfeita, com desemprego.

Keynes introduz outra abordagem. Demonstra que, no capitalismo, o pleno emprego dos recursos tende a gerar mais bens do que a quantidade que se consegue vender. Os empresários param de produzir (e de contratar) quando a oferta iguala a demanda, pois a partir daí cessa a possibilidade de lucro. Como esse ponto de intercessão é atingido antes do uso de todos os recursos disponíveis, o equilíbrio entre oferta e demanda de bens se estabelece antes de se chegar ao pleno emprego. Por isso, Keynes defende políticas para estimular a demanda e, coerentemente, afirma que a redução dos salários só agrava o problema.

A terceira abordagem é de Karl Marx. Para aumentar a produção de valor, ele diz, o capital precisa comandar parcelas crescentes da capacidade de trabalho da sociedade. Desprovidas de alternativas próprias de sobrevivência, as pessoas devem ingressar nas atividades produtivas controladas pelo capital, em troca de um salário. Nessas atividades, porém, o progresso técnico incessante expelle cada vez mais gente. Assim, agem juntas duas

tendências que têm efeitos contraditórios: uma incorpora trabalhadores à esfera capitalista da atividade econômica, a outra lança trabalhadores na rua. A maioria da população passa a ser assalariada, mas parte dela se torna excedente, em um movimento contínuo. Marx considerou esse “exército industrial de reserva” como um componente estrutural da nova sociedade. Pois, graças a ele, o recrutamento de força de trabalho, necessário nos ciclos expansivos, não fica limitado pela taxa de crescimento vegetativo da população, que é declinante.

Diferentes abordagens, diferentes propostas. A primeira afirma que os mercados se autorregulam e, deixados por sua própria conta, tendem a um ponto de equilíbrio em que a alocação dos recursos, inclusive do trabalho, tende a tornar-se plena. A segunda aponta que o equilíbrio entre oferta e demanda de bens, de um lado, e o pleno emprego, de outro, em geral não coincidem, o que exige políticas voltadas para incrementar a demanda. A terceira diz que, ao atrair e repelir força de trabalho na esfera produtiva, o capitalismo produz uma população excedente que, embora excluída, é funcional para a dinâmica do sistema.

Marx teria considerado frágil a terapia keynesiana para o desemprego, pois contra ela continuariam a operar o que chamou de “leis de tendência”. Sua solução implicava combinar progresso técnico com diminuição planejada da jornada de trabalho, remetendo a existência humana, cada vez mais, para o mundo da cultura. O homem, dizia, deve aos poucos deixar de fazer o que as máquinas e a natureza podem fazer, para no limite dedicar-se ao que só ele pode fazer, como estudar matemática e compor sinfonias. Bela solução.